

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SE000052/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 01/04/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013902/2011
NÚMERO DO PROCESSO: 46221.001963/2011-98
DATA DO PROTOCOLO: 28/03/2011

SIND DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG VIG DO EST DE SERGIPE, CNPJ n. 16.212.359/0001-62, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO VIEIRA SANTOS;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE SERGIPE, CNPJ n. 07.693.953/0001-21, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCO AURELIO PINHEIRO TARQUINIO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2012 e a data-base da categoria em 1º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá as categorias vigilantes, seguranças pessoal privada transportadores de valores, fiscais, vigilante de escolta armada, vigilante condutor de escolta armada, inspetores e supervisores das empresas de segurança, vigilância e transporte de valores do Estado de Sergipe, bem como, os empregados das empresas que desenvolvem as referidas atividades de forma orgânica. Parágrafo Único – Consideram-se vigilante da guarnição de carro-forte e vigilante condutor de carro– forte, os funcionários que trabalham exclusivamente em veículo carro-forte portando valores, com abrangência territorial em todo o Estado de Sergipe.** , com abrangência territorial em SE.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Os salários dos empregados beneficiários desta Convenção Coletiva serão reajustados no percentual de **7 % (Sete por cento)**, tomando por base o salários vigentes a partir de 01/03/2010.

Parágrafo Primeiro – Em decorrência do reajuste pactuado no *caput*

desta cláusula, os pisos salariais das categorias abrangidas por este instrumento, passam a vigorar a partir de **01.03.2011**, nos seguintes valores:

Função	Salário Base
Vigilante de Posto	577,11
Vigilante de Escolta Armada	706,20
Vigilante Condutor de Escolta Armada	759,70
Segurança Pessoal Privada	955,71
Vigilante de Carro-Forte	929,15
Vigilante Condutor de Carro-Forte	1.060,84

Parágrafo Segundo – Fica convencionado que somente caracteriza a atividade de “ VIGILANTE CONDUTOR DE CARRO FORTE” , aquele funcionário que trabalha conduzindo “ CARRO-FORTE” portando valores, não servindo de paradigma para qualquer outra atividade, que utilize no desenvolvimento de seu trabalho, qualquer outro veículo distinto do carro-forte.

Parágrafo Terceiro – Fica regulamentado que a diferença salarial de VIGILANTE DE CARRO-FORTE para VIGILANTE DE POSTO é de 61% (sessenta e um por cento).

Parágrafo Quarto – O vigilante de carro-forte, quando no exercício da função de “ FIEL” , receberá uma gratificação de 10%, (dez) calculado sobre o seu salário-base.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA QUARTA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), na hipótese de inexistência de folga compensatória, independente da escala de serviço.

Parágrafo Primeiro: As horas extras trabalhadas domingos e feriados do calendário nacional serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento), também na hipótese de inexistência de folga compensatória, independente da escala de serviço.

Adicional Noturno

CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL NOTURNO

É devido o adicional noturno, no percentual de 20% do valor da hora diurna, apenas para o labor desenvolvido no horário compreendido entre às 22:00hs de um dia às 05:00hs do dia seguinte.

Parágrafo Primeiro - Cumprida integralmente a jornada no período noturno (das 22:00hs às 05:00hs) e prorrogada esta, torna-se também devido o adicional quanto às horas prorrogadas. (Exegese do art. 73, § 5º, da CLT e Súmula nº 60, inciso II do C. TST).

Outros Adicionais

CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAIS DE RISCO DE VIDA OU PERICULOSIDADE

O piso salarial do vigilante de posto, vigilante componente da escolta armada, vigilante da guarnição de carro-forte, vigilante condutor de carro-forte e Vigilante de Segurança Pessoal Privada, será acrescido do percentual de 15% (quinze por cento), a título de *adicional de risco de vida* sobre o salário-base, em rubrica separada.

Parágrafo Primeiro – Em sendo devido o adicional de periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário-base, estará excluído automaticamente, o direito à percepção ao adicional de risco de vida.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SÉTIMA - VALE ALIMENTAÇÃO

Fica instituído o VALE-ALIMENTAÇÃO, cujo valor será correspondente a R\$ 30,00 (trinta reais) por mês trabalhado, sendo que, esta parcela não será incorporada ao salário para nenhum efeito legal, por força do art. 3º, da Lei 6.321/76. As empresas descontarão do salário do empregado, o equivalente até 20% (vinte por cento), do valor mensal do referido vale.

Parágrafo Primeiro – Para os contratos em vigência será concedido o VALE-ALIMENTAÇÃO a partir da repactuação.

Parágrafo Segundo - Quando o empregado for admitido ou transferido para Postos instalados em contratos já celebrados, entre empresa e contratantes, anteriormente ao dia 01/03/2011, o vale-alimentação estabelecido no "caput" não será devido.

Parágrafo Terceiro - Os empregados lotados em postos de serviço, em que os contratantes forneçam vale-alimentação ou cesta básica, não terão direito ao recebimento do vale aqui estabelecido.

Parágrafo Quarto - Fica convencionado que, na ocorrência de falta do empregado ao serviço, não fará jus ao recebimento do vale alimentação, no dia de ausência.

Parágrafo Quinto - A concessão do vale-alimentação não será objeto de isonomia ou paridade para outros empregados, que trabalhem em postos que não tenham esse benefício.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA DE VALE TRANSPORTE

As empresas deverão entregar os vales-transporte, aos empregados que solicitarem, até o 2º (segundo) dia útil após o dia 15 (quinze) de cada mês, para o período de 30 (trinta) dias, conforme a legislação vigente, sendo que fornecerá a cada empregado, a 2ª (segunda) via do recibo, constando a data e a quantidade de vales-transporte entregues.

Parágrafo Primeiro - As empresas se obrigam a ressarcir o valor das passagens de ônibus ao empregado-solicitante, quando o mesmo utilizar dinheiro do seu próprio bolso, podendo o ressarcimento se processar através do próprio vale-transporte.

Parágrafo Segundo - O uso indevido do vale-transporte, a declaração falsa ou a omissão na atualização do cadastro para

recebimento do benefício, constituem falta grave, conforme legislação em vigor.

Outros Auxílios

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE TRANSPORTE AO EMPREGADOR

As empresas se obrigam a assegurar transporte ao empregado para deslocamento ao serviço, a partir da sede da própria Empresa, quando não tenha posto fixo ou esteja em equipe de reserva, ressalvada a hipótese de divulgação das escalas com antecedência mínima de 48 horas.

Parágrafo Único - Mesmo quando se tratar de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por meio de transporte fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, *não caracterizando horas “ in itinere”*, desde que o empregado não sofra qualquer desconto relativo às despesas com o referido transporte.

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE FARMÁCIA

As empresas poderão firmar convênios com farmácia, para desconto dos valores dos medicamentos comprados pelos empregados, mediante a apresentação de receita médica, diretamente em folha de pagamento, facultado o parcelamento em até três vezes à gestão de cada empresa, sendo limitados os referidos descontos a 30% (trinta por cento) do salário-base.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PLANO DE SAÚDE

As Empresas de Segurança do Estado de Sergipe e Sindivigilante/SE – Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Sergipe, sem qualquer participação financeira por parte das mesmas, farão gestões no sentido de viabilizar para os seus empregados um plano de saúde, que atenda os interesses destes, tanto no que pertine ao preço, como na qualidade de atendimento.

Parágrafo Único – A Adesão será facultativa e por escrito do empregado

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO

Poderá ser celebrado contrato temporário de trabalho, de que trata a Lei nº. 9.601 de 21 de janeiro de 1998, que será formalizado através de Aditivo a Convenção Coletiva, firmado entre o Sindicato profissional e a Empresa interessada, quando se tratar de casos emergenciais ou excepcionais.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO APÓS 10 ANOS

Será concedido aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias aos empregados com vínculo empregatício igual ou superior a 10 (dez) anos na mesma empresa, salvo nos casos de justa causa ou encerramento do contrato com a Empresa-contratante.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ENCERRAMENTO DE CONTRATO

Nas situações de encerramento de contrato por parte das empresas, gerando desligamento de vigilante ou grupo de vigilantes, a empresa empregadora, que providenciar a recolocação imediata do(s) mesmo(s), com a concordância deste(s), será dispensada do aviso prévio (Súmula 276 do TST), devendo, tão somente, ocorrer a intermediação e homologação do Sindicato Obreiro, para formalizar a recolocação do(s) demitido(s) em outra empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CARTA DE APRESENTAÇÃO

As empresas fornecerão carta de apresentação a seus empregados demitidos, salvo quando houver “ justa causa” .

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RECICLAGEM

As empresas se obrigam a reciclar seus vigilantes abrangidos por esta Convenção Coletiva, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro – Se por qualquer motivo o empregado não obtiver aprovação em curso de reciclagem, este arcará com as despesas do novo curso.

Parágrafo Segundo - O vigilante, uma vez reciclado nos termos da Portaria 387/2006 do DPF e suas posteriores alterações, sobre as expensas de sua empresa, caso, venha a pedir demissão ou ser desligado por justa causa, no prazo de 06 (seis) meses a contar de sua reciclagem, indenizará a empresa no valor equivalente ao cobrado pelo mesmo curso à época do desligamento, respeitando a proporcionalidade dos meses trabalhados após a reciclagem.

Parágrafo Terceiro – O referido desconto indenizatório poderá ser efetuado na própria Rescisão Contratual.

Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - APURAÇÃO DA CONDUTA DO VIGILANTE

Obrigam-se as empresas de vigilância, com a concordância do sindicato Obreiro, conforme Lei nº 7.102/83 e Portarias do Departamento de Polícia Federal (DPF), apurar ocorrências e encaminhar o procedimento apuratório para a Delegacia Especializada de Segurança Privada de Sergipe (DELESP/SE), que encaminhará para a CGCSP.

Parágrafo Primeiro – Fica reconhecido pelo SINDIVIGILANTE, que as providências obrigatórias prevista no “ caput” , desde que dentro dos limites legais, não resta configurado dano moral.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

O vigilante se obriga a comunicar ao fiscal da empresa, registrar em livro de ocorrência e ainda comunicar ao setor operacional da empresa, no prazo máximo de **01 (uma)** hora, qualquer ocorrência com os equipamentos disponibilizados para seu trabalho, principalmente a arma que usa em serviço, sendo, ainda, responsável por sua conservação.

Parágrafo Primeiro - Não havendo esta comunicação, restará configurada a negligência do vigilante e sua culpa por qualquer fato que acontecer, envolvendo os equipamentos de trabalho.

Estabilidade Portadores Doença Não Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE AO PORTADOR DO VIRUS HIV/AIDS

O empregado portador do vírus HIV gozará dos mesmos direitos dos demais empregados abrangidos por esta Convenção, até que se manifeste a doença, sendo que após a manifestação comprovada, será encaminhado ao órgão de previdência social para as providências necessárias, ficando vedada a sua dispensa sem justa causa ou a discriminação sob qualquer pretexto.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA - VIGILANTE NA ESCOLA

Será assegurada ao empregado, que no início de cada ano letivo apresentar o comprovante de matrícula escolar, exclusivamente para o ensino fundamental, médio e superior, a permanência na mesma escala de trabalho, até o término do período de aulas no referido ano letivo, salvo em caso de exigência comprovada do tomador de serviço, no sentido de modificar a escala de trabalho, quando, então a empresa efetuará mudança, independente da concordância do empregado.

Parágrafo Único – As empresas poderão exigir do empregado o comprovante de frequência no respectivo estabelecimento de ensino.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO QUADRO DE AVISO

As empresas fixarão em Quadro de Aviso, na sua respectiva sede e em lugar bem visível aos empregados, cópia da Circular do sindicato obreiro relativo a presente Convenção e as respectivas assembleias gerais.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA ESPECIAL E DIÁRIA DE VIAGENS DA GUARNIÇÃO DE CARRO FORTE

A jornada de trabalho da guarnição de carro-forte (vigilante condutor de carro forte, fiel de carro forte e vigilante de carro forte), é de 08 hs diárias, 44 hs semanais e 192 hs mensais, podendo, excepcionalmente, serem prorrogadas até

12h diárias conforme Art. 61, parágrafo segundo e terceiro da CLT. Fica resguardado ainda excepcionalmente, a empresa optar pela adoção da jornada de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho, por 36 (trinta e seis) horas de repouso prevista na cláusula vigésima sexta desta convenção.

Parágrafo Primeiro – Quando não houver possibilidade de conceder o intervalo intrajornada nas viagens intermunicipais e interestaduais, a guarnição de carro-forte fará sua refeição dentro da cabine do próprio veículo, separado do compartimento do cofre. No dia em que os integrantes do carro-forte estiverem realizando viagem para o interior do Estado de Sergipe ou Estados vizinhos com retorno previsto para o mesmo dia, este não receberão a remuneração prevista para a não concessão do intervalo intrajornada, uma vez que o pagamento desta rubrica foi antecipado pela empresa antes da saída do carro-forte.

Parágrafo Segundo – A guarnição de carro-forte, com previsão para viagem intermunicipal e interestadual, que ultrapasse às 08h diárias fará jus a uma diária de R\$ **15,00 (quinze reais)**, que será paga antes de sua saída da base.

Descanso Semanal

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FOLGA SEMANAL

A folga semanal do empregado, pelo menos a cada 06 (seis) semanas, deverá coincidir com o domingo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONTROLE ALTERNATIVO DE JORNADA

O SINDIVIGILANTE concorda com a adoção de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho (vg.cartão de ponto, folha de ponto, livro de ponto e etc), bem como sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, de acordo com instituído pela Portaria nº 373 de 25.02.2011 emitida pelo Ministério do trabalho e Emprego.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CARGA HORÁRIA

Na jornada de trabalho mensal, em virtude do repouso remunerado, serão adotadas 220 (duzentos e vinte) horas como divisor para efeito de cálculo, sendo considerado como hora extra, o que exceder de 192 (cento e noventa e duas) horas efetivamente trabalhadas, independente da jornada ou escala adotada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESCALA 12X36

Poderá ser adotada a jornada de 12 (doze) horas ininterruptas de trabalho, desde que sejam concedidas, posteriormente, 36 (trinta e seis) horas de repouso.

Parágrafo Primeiro - Ao empregado que trabalha na jornada 12 (doze) x 36 (trinta e seis), por se tratar de jornada compensatória, não é devido o pagamento em dobro, pelo trabalho em dias de domingos e feriados do calendário nacional.

Parágrafo Segundo – Fica convencionada a permissão da alteração da jornada, bem como do horário de trabalho dos empregados, que trabalharem em regime de turnos ininterruptos, em atendimento à Portaria nº 412/2007 – MTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA PARCIAL DE TRABALHO

É permitida, nos moldes do artigo 58-a da CLT e seus parágrafos, a contratação de vigilantes em regime de tempo parcial, sendo vedada conversão de contratos de empregados mensalistas em horistas.

Parágrafo Primeiro: O empregado horista não terá direito ao pagamento do valor hora em dobro aos domingos e feriados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTRAJORNADA

Após há sexta hora consecutiva de trabalho no dia, não sendo possível a concessão do intervalo para repouso e alimentação, o empregador ficará obrigado a remunerar em dinheiro, o equivalente a 01 (uma) hora extra com percentual de 50% (cinquenta por cento), com as suas devidas incidências legais, considerando o sindicato obreiro, que a não concessão intervalar nestas condições, não afronta o previsto no art. 71 da CLT, tendo em vista a natureza excepcional da situação, que envolve a categoria abrangida por este instrumento convencional.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA SEGURANÇA DAS GUARNIÇÕES

As empresas de transporte de valores deverão fornecer, para uso exclusivo em serviço, a todos os integrantes da guarnição do Carro-Forte, colete a prova de balas, nos termos da legislação vigente.

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DOS UNIFORMES

As empresas se obrigam a fornecer gratuitamente aos empregados, os materiais de uso obrigatório, conforme a função exercida, sendo no caso dos vigilantes, exigidos os discriminados abaixo:

- 02 (duas) camisas no ato da admissão, sendo renovado o fornecimento a cada ano do contrato do empregado;
- 02 (duas) calças no ato da admissão, sendo renovado o fornecimento a cada ano do contrato do empregado;
- 01 (uma) cobertura (quepe, gorro, ou boina) no ato da admissão, sendo renovado o fornecimento a cada ano do contrato do empregado;
- 01 (um) cinto no ato da admissão, sendo renovado o fornecimento a cada ano do contrato do empregado;
- 01 (um) apito no ato da admissão, sendo renovado o fornecimento a cada ano do contrato do empregado;
- 01 (um) calçado (sapato, coturno ou similar) no ato da admissão, sendo renovado o fornecimento a cada ano do contrato do empregado.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão aos empregados uma cópia do recibo de entrega dos materiais de uso obrigatório, que servirá de controle do recebimento dos materiais e fiscalização do sindicato da classe.

Parágrafo Segundo - Em caso de perda, extravio ou utilização indevida, ficam as empresas autorizadas a descontar em folha ou rescisão contratual, os valores correspondentes ao material fornecido.

Parágrafo Terceiro - As Empresas incluirão nas propostas comerciais os custos referentes ao cumprimento da Portaria nº 387/2006 DG/DPF e suas posteriores alterações e a Portaria nº. 191/2006/TEM, relativamente aos coletes à prova de balas.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CIPA

As empresas, de Convenção Coletiva com o número de empregados estipulado em Lei, constituirão a CIPA, devendo observar, ainda, o que dispõe a NR5

Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOLÓGICA

As empresas prestarão assistência jurídica e psicológica aos seus empregados regidos por esta Convenção, nas seguintes condições:

1. Quando, em razão do desempenho de suas funções, praticarem de atos que levem a responder Inquérito Policial ou Ação Penal, desde que fique provado, que o mesmo agiu em cumprimento do dever profissional;
2. Nos casos de assalto a carros– fortes ou a postos de serviços.
3. Obrigação que trata este *Caput* cessará ao término do vínculo empregado/empregador

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE DIRETORES SINDICAIS

A empresa que possuir em seu quadro de funcionários, diretor com mandato sindical, de acordo com o art. 522, da CLT, fica obrigada a liberá-lo, no máximo dois dias por mês, sem que haja perda no salário ou computação de falta, desde que o pedido seja formulado pelo sindicato em documento, que deverá ser assinado pelo presidente da entidade ou seu substituto legal, mediante a apresentação prévia de cópia da ata de eleição e termo de posse, e suas sucessivas alterações, devidamente registradas em cartório.

Parágrafo Único – Caso a empresa tenha mais de um diretor em seu quadro funcional, a liberação, sem que haja perda no salário ou computação de falta, valerá para apenas um diretor, sendo os demais liberados sem qualquer ônus para empresa. Quanto aos diretores liberados por carta, para prestar serviço integral ao sindicato, enquanto durar seu mandato, não haverá alteração em relação às

situações já consolidadas.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Fica assegurada a estabilidade de 90 (noventa) dias aos membros da comissão de negociação coletiva, que não detenham mandato– sindical, salvo justa causa ou perda do contrato pela empresa pagadora, conforme ata registrada em cartório n. 10. Ofício, mediante apresentação da comissão de negociação com no máximo de três integrantes por categoria (Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores).

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA LABORAL

As empresas descontarão mensalmente dos empregados associados o percentual de **2% (dois por cento)** do salário-base, a título de CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA, prevista no Art. 8º, inciso IV da Constituição Federal, sendo que o repasse ao Sindicato Obreiro será efetuado até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, subsequente ao do vencimento.

Parágrafo Primeiro – O empregado que não concordar com o desconto mencionado no *caput* desta cláusula, deverá preencher um formulário próprio confeccionado pelo Sindicato Obreiro e que será fornecido às empresas, onde declarará que não permitirá mais o mencionado desconto. O Sindicato Obreiro, por sua vez, enviará ofício à empresa, informando para que não mais recolha a contribuição, ficando definido, que o prazo para oposição será de 30 (trinta) dias a partir do depósito do presente Convenção Coletiva, valendo o mesmo prazo para os novos empregados a partir da data de admissão.

Parágrafo Segundo - Fica resguardado o direito da empresa descontar de qualquer crédito, que tenha que repassar ao sindicato obreiro, o ônus decorrente de qualquer ação, que os empregados venham mover com relação à matéria relacionada nesta cláusula, inclusive honorários de advogado e custas processuais, não podendo ser objeto de questionamento pelo sindicato obreiro, os valores decorrentes da decisão judicial ou administrativa, que impuser a obrigação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - TAXA ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas prestadoras de serviços terceirizáveis de Segurança Privada, Segurança Orgânica, Escola de Formação, filiadas ou não filiadas abrangidas pelo SINDESP/SE, com recursos próprios, recolherão a título de Taxa Assistencial Patronal, através de guias bancárias fornecidas pelo Sindicato, uma contribuição correspondente ao valor de um (01) salário mínimo. Vencível a partir do mês subsequente a homologação da Convenção Coletiva 2011/2012.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas prestadoras de serviços terceirizáveis de Segurança Privada, Segurança Orgânica, Escola de Formação, filiadas ou não filiadas abrangidas pelo SINDESP/SE, com recursos próprios, recolherão através de guias bancárias fornecidas pelo Sindicato, consoante a norma do § 4º do art. 8º da Constituição Federal. O valor total a ser pago por cada empresa será resultado do cálculo da multiplicação do número de vigilantes pelo valor de R\$ 4,00 (quatro reais), tomando por base o CAGED de dezembro de 2010, divididos em quatro parcelas vencíveis no dia 10 dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2011.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS MENSALIDADES

As empresas descontarão, mensalmente, em folha de pagamento, a título de **TAXA ASSOCIATIVA**, a importância correspondente a 1% (um por cento) do salário base dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva associados ao Sindicato Obreiro, sendo que o repasse será efetuado até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, subsequente ao do vencimento, cujo depósito será efetuado na conta informada pelo Sindicato Obreiro, mediante entrega de boletos com 05 (cinco) dias úteis de antecedência às empresas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL OU NEGOCIAL DO SINDICATO OBREIRO.

Foi aprovado em Assembléia Geral o desconto de 3% (Três por cento) do salário básico, de todos os empregados abrangidos por esta convenção a título de contribuição Assistencial ou Negocial e será revertida em favor do SINDIVIGILANTE/SE, na forma a seguir: O desconto da contribuição assistencial será efetuado pelas empresas no mês de abril/2011, em uma única parcela cujo repasse ao sindicato obreiro deverá ocorrer até 5º dia útil do mês subsequente ao desconto.

Parágrafo Primeiro - O empregado que não concordar com o desconto no

caput desta cláusula deverá comparecer ao departamento de pessoal da empresa empregadora, para que possa, por escrito, desautorizar a

contribuição, cuja cópia deverá ser encaminhada ao Sindicato Obreiro juntamente com a comunicação que não mais procederá ao recolhimento da contribuição, ficando definido que o prazo para oposição será 30(trinta) dias a partir do depósito do presente acordo coletivo, valendo o mesmo prazo para os novos empregados a partir da data de admissão.

Parágrafo Segundo - Fica resguardado o direito de a empresa descontar, de qualquer crédito que tenha que repassar ao sindicato obreiro, o ônus decorrente de qualquer ação que os empregados venham mover com relação á matéria relacionada nesta cláusula, inclusive honorários de advogado e custas processuais, não podendo ser objeto de questionamento pelo sindicato obreiro os valores decorrentes da decisão judicial ou administrativa que impuser a obrigação.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - LISTA NOMINAL DOS SÓCIOS

As empresas contempladas nesta Convenção Coletiva de Trabalho fornecerão, sempre que solicitadas formalmente pelo sindicato obreiro, lista nominal dos sócios, que contribuem com a entidade.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

As partes estabelecem um prazo de (120) cento e vinte dias, a contar da data da assinatura da presente Convenção para elaborar os estudos sobre a implementação da **CCP – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**.

Parágrafo Primeiro - Decorrido o prazo de noventa dias e não sendo possível a criação da presente comissão, as partes poderão buscar auxílio na Comissão de Mediação e Arbitragem, filiadas a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE).

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - LICITAÇÕES

A partir da homologação deste instrumento, as empresas ficam obrigadas a incluírem em sua documentação para licitações públicas ou contratação por setores privados, cópia desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - SIGNATÁRIAS

Os signatários da presente Convenção Coletiva de Trabalho, o SINDESP/SE - Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Sergipe, representante da classe patronal e o SINDIVIGILANTE/SE - Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Sergipe, são respectivamente representados, pelo Sr. Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio e o Sr. Antonio Vieira Santos.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - VIOLAÇÃO DA CONVENÇÃO DE TRABALHO

Ocorrendo violação ou descumprimento das cláusulas estabelecidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, a parte infratora estará sujeita ao pagamento de multa total correspondente a 02% (dois por cento) do salário-base da categoria de vigilante de posto, que será revertido em favor do empregado prejudicado, sendo ressalvadas as Cláusulas que já tenham multa específica ou previsão legal, desde que, constituído em mora o empregador, estabelecendo os direitos de defesa das partes.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ALTERAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

O sindicato dos vigilantes só poderá alterar a presente Convenção Coletiva mediante a aprovação da maioria absoluta das empresas participantes da presente negociação coletiva.

ANTONIO VIEIRA SANTOS

Presidente
SIND DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG VIG DO EST DE SERGIPE

MARCO AURELIO PINHEIRO TARQUINIO
Presidente
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE
SERGIPE

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .